

# O FAÍSCA

PCP

Célula dos Trabalhadores da Autoeuropa

Boletim informativo

Janeiro 2007

## Perante os resultados, queremos ser compensados!

Foi recentemente apresentado o novo director-geral da Autoeuropa onde estiveram presentes os ministros da economia e o 1º ministro. Das declarações de Sócrates destacam-se que «o governo estará sempre na primeira linha» para «ajudar a resolver os problemas que se colocarem à VW». Então e os trabalhadores? O governo põe-se a jeito para ajudar o capital, mas entretanto ataca os interesses dos trabalhadores como se tem vindo a constatar com as novas regras para o subsídio de desemprego, proposta nova para o trabalho temporário e a chamada flexi-segurança que pretende liberalizar os despedimentos, objectivo já velho do patronato.

Da parte do novo homem, Reimers, este afirmou que o seu objectivo «é garantir a competitividade internacional da Autoeuropa». Que competitividade? Será aquela que acontece à custa dos baixos salários, como fazia referência Reimers? Será à custa dos direitos dos trabalhadores? Então e os mais de 36 milhões de euros de lucros da Autoeuropa no ano 2005? Seria bom que o novo director-geral compreendesse que o futuro da empresa constrói-se com os trabalhadores.

Se tivermos em conta as declarações do presidente do grupo Bernd Pischetsrieder em Dezembro de 2006 que «2006 foi realmente um ano (...) que ao mesmo tempo trouxe recordes de vendas e de lucros na história da companhia» e que «mesmo (...) com a duplicação de vendas estamos ainda muito longe dos nossos objectivos financeiros», questionamos nós, se depois destes resultados conseguidos à custa do esforço dos trabalhadores, por vezes retirando direitos e garantias, aumentando horários de trabalho e reduzindo salários, qual é então esse objectivo ainda não atingido?

Quanto a nós, não resta aos trabalhadores outro caminho que não seja a luta e a resistência organizadas para enfrentar os ataques que por aí possam vir.

Mas para já, face aos resultados alcançados em que os trabalhadores foram os principais intervenientes, é justo que sejam compensados com melhores salários no futuro e de imediato atribuídos valores que se reflectam nos seus rendimentos já no prémio de objectivos a receber em Março.

**Agora  
Sim!**

## **É urgente mudar a lei**

Há mais de 20 anos que o PCP se bate pela despenalização da interrupção voluntária da gravidez até às 12 semanas, quando se considere que possam estar em causa as condições que garantam uma maternidade e paternidade responsáveis e conscientes.

A prática de aborto clandestino é um flagelo real na sociedade e põe em causa a saúde, o equilíbrio emocional e moral da mulher que a ele recorre, sendo a lei que o regula injusta e desumana.

É um risco brutal para a saúde das mulheres, pois o meio em que se pratica é clandestino, onde os cuidados e as condições em que são praticados ameaçam a vida das grávidas.

A legislação em vigor é desadequada pois criminaliza as mulheres e jovens trabalhadoras mais desfavorecidas que, derivado da falta de recursos financeiros, se vêem obrigadas a recorrer ao aborto ilegal.

As mulheres portuguesas não podem mais continuar a ser julgadas como se fossem criminosas, pois por vezes a vida obriga-as a tomar decisões traumatizantes, que para além de pôr em risco a sua própria saúde e vida, empurra-as para meios de total ilegalidade e insegurança e que injustamente fazem recair sobre si e seus parceiros a humilhação, a vergonha e a injustiça.

O aborto clandestino tem que acabar. Os direitos de maternidade e paternidade têm que ser cumpridos em pleno.

Por uma maternidade e paternidade responsável, consciente e livre, **dia 11 de Fevereiro vota**

**SIM** à despenalização da interrupção voluntária da gravidez.

## **FLEXI-SEGURANÇA? Não, obrigado!**

A comissão europeia, o Presidente da República e o governo português demonstraram já o seu objectivo com a chamada «flexi-segurança». O que significa isto? Nada mais que liberalizar os despedimentos, desregular e precarizar ainda mais o mercado de trabalho, depois de terem alterado as condições de protecção social com a nova lei de bases da segurança social e da protecção no desemprego.

A concretizar-se, a liberalização não traria nada de valioso para o nosso desenvolvimento, muito antes pelo contrário, significaria para os trabalhadores estarem sujeitos a ficar sem os seus empregos e com grande dificuldade em aceder ao subsídio de desemprego em caso de necessidade. Isto seria muito grave em termos sociais, pois aumentaria facilmente o desemprego e criaria um imenso exército de desempregados sem um sistema de segurança social que os protegesse eficazmente. Se juntarmos a isto a próxima revisão do código do trabalho e a proposta do PS de agravar as condições dos contratos de trabalho temporário, isto redundaria numa autêntica lei da selva na nossa sociedade. Os trabalhadores não podem deixar de estar atentos a esta questão e certamente na **Acção de Luta da CGTP-IN de 2 de Março em Lisboa**, saberão dar uma resposta adequada e poderosa contra estas nefastas intenções.

**Consulta o FAÍSCA na Net**

**Basta clicar em**

**[www.ofaisca.org](http://www.ofaisca.org)**